

IDADE MÉDIA

CASTELOS, MERCADORES
E POETAS



DIREÇÃO
UMBERTO ECO

Tradução
Carlos Aboim de Brito
e **Diogo Madre Deus**



D.QUIXOTE

ÍNDICE

- 15 HISTÓRIA
- 17 Introdução, *de Laura Barletta*
- 29 **Os acontecimentos**
- 29 A expansão alemã para oriente, *de Giulio Sodano*
- 32 As cruzadas e o Império Latino do Oriente, *de Franco Cardini*
- 36 A concorrência entre as repúblicas marítimas, *de Catia Di Girolamo*
- 39 Frederico II Hohenstaufen e o declínio da dinastia suábia em Itália,
de Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri
- 44 As ordens religioso-militares, *de Barbara Frale*
- 48 Bonifácio VIII e o primado da Igreja, *de Errico Cozzetto*
- 53 O papado de Avinhão, *de Anna Maria Voci*
- 58 O grande cisma, *de Marcella Raiola*
- 61 A monarquia eletiva e a dinastia de Habsburgo, *de Catia Di Girolamo*
- 65 Das comunas às senhorias, *de Andrea Zorzi*
- 70 A Guerra dos Cem Anos, *de Renata Pilati*
- 74 A peste negra e a crise do século XIV, *de Catia Di Girolamo*
- 78 As revoltas camponesas, *de Giovanni Vitolo*
- 81 A Casa de Anjou no Mediterrâneo, *de Francesco Paolo Tocco*
- 85 **Os países**
- 85 O Estado da Igreja, *de Errico Cozzetto*
- 89 A França, *de Fausto Cozzetto*
- 95 A Inglaterra: a monarquia entre guerras e concessões, *de Renata Pilati*
- 101 O Sacro Império Romano-Germânico, *de Giulio Sodano*
- 104 Reinos, principados, ducados, bispados, cidades na área germânica, *de Giulio Sodano*
- 108 Os principados de fronteira entre a França e o Sacro Império Romano, *de Fausto Cozzetto*
- 111 A Confederação Helvética, *de Fausto Cozzetto*
- 114 A Península Ibérica, *de Rossana Sicilia*
- 119 O reino da Casa de Anjou na Sicília, *de Francesco Paolo Tocco*
- 122 O reino aragonês da Sicília, *de Francesco Paolo Tocco*
- 125 Veneza e as outras cidades marítimas, *de Catia Di Girolamo*
- 129 Os países escandinavos, *de Renata Pilati*
- 135 As cidades da Liga Hanseática, *de Fabrizio Mastromartino*
- 138 A Polónia, *de Giulio Sodano*



- 141 A Hungria, *de Giulio Sodano*
144 O grão-ducado da Lituânia, *de Giulio Sodano*
147 A Península Balcânica, *de Fabrizio Mastromartino*
150 Os principados russos, *de Giulio Sodano*
154 O canato da Horda de Ouro, *de Marie Francine Favereau*
159 O Império Bizantino e a dinastia paleóloga. Declínio
e guerras civis, *de Tommaso Braccini*
163 O Império Otomano, *de Fabrizio Mastromartino*
- 167 **A economia**
167 As terras, *de Catia Di Girolamo*
170 As manufaturas, *de Diego Davide*
174 Minas e metalurgia, *de Diego Davide*
178 O comércio, *de Maria Elisa Soldani*
183 Mercados, feiras e vias de comunicação,
de Diego Davide
188 As cidades, *de Aurelio Musi*
192 O desenvolvimento da navegação,
os empreendimentos no Atlântico
e as descobertas geográficas, *de Ivana Ait*
196 Os grandes viajantes e a descoberta do Oriente,
de Sung Gynn Cho
200 O crédito e a moeda, *de Valdo d'Arienzo*
- 204 **A sociedade**
204 Nobreza e burguesias, *de Catia Di Girolamo*
207 As confrarias, *de Elena Sanchez de Madariaga*
211 O processo penal, *de Dario Ippolito*
214 As instituições políticas, *de Fabrizio Mastromartino*
219 Aspirações de renovação religiosa da Igreja e heresias,
de Ciro Di Fiore
229 A inquisição episcopal e a inquisição pontifícia,
de Giulio Sodano
232 Os pobres, os peregrinos e a assistência, *de Giuliana Boccadamo*
236 As perseguições contra os judeus, *de Giancarlo Lacerenza*
241 Salteadores, piratas e corsários, *de Carolina Belli*
244 Os missionários e as conversões, *de Genoveffa Palumbo*
254 As ordens religiosas, *de Fabrizio Mastromartino*
258 A instrução e os novos centros de cultura,
de Anna Benvenuti
262 A guerra: cavaleiros, mercenários e cidadãos,
de Francesco Storti
266 O poder das mulheres, *de Adriana Valerio*
270 Cerimónias, festas e jogos, *de Alessandra Rizzi*
275 A vida quotidiana, *de Silvana Musella*



283 FILOSOFIA

285 Introdução, *de Umberto Eco*

289 **A circulação do saber e as universidades**

289 As enciclopédias medievais como modelos de saber,
de Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri

293 A filosofia no islão medieval: temas e protagonistas,
de Cecília Martini Bonadeo

302 As tradições filosóficas judaicas na Idade Média,
de Cláudia Menziani e Riccardo Fedriga

311 A dupla via das traduções e o nascimento do saber crítico,
de Francesca Forte

319 Universidade e ordem dos estudos. O método escolástico,
de Andrea Colli

325 As *summae* e a tradição do comentário no pensamento medieval,
de Andrea Colli

331 O aristotelismo radical e as reações dos teólogos, *de Federica Caldera*

341 **Filosofia e teologia**

341 Alberto Magno e a Escola de Colónia, *de Alessandra Beccarisi*

346 Tomás de Aquino, *de Alessandro Ghisalberti*

354 Boaventura de Bagnoregio, *de Marco Rossini*

361 A tradição franciscana, *de Federica Caldera*

370 O pensamento de João Duns Escoto, *de Anna Lovisolo*

377 Guilherme de Ockham, *de Paola Muller*

385 Dante filósofo, *de Cláudia Menziani*

391 Eckhart e a mística renana, *de Alessandra Beccarisi*

396 Raimundo Lúlio, *de Michela Pereira*

404 **Saberes e tradições em comparação**

404 A alma, *de Agnese Gualdrini*

410 A questão do conhecimento, *de Riccardo Fedriga e Ilaria Proserpi*

422 A filosofia das paixões, *de Silvana Vecchio*

427 A dialética da onipotência divina, *de Riccardo Fedriga*

436 Conhecimento e ceticismo no século XIV, *de Chiara Selogna*

440 Analogia e metafísica, *de Luigi Spinelli*

449 As éticas medievais, *de Claudio Fiocchi*

453 O debate sobre o infinito nos séculos XIII e XIV *de Federica Caldera*

459 Uma acusação de longa duração: a *vana curiositas*, *de Claudio Fiocchi*

463 A reflexão política, *de Stefano Simonetta*

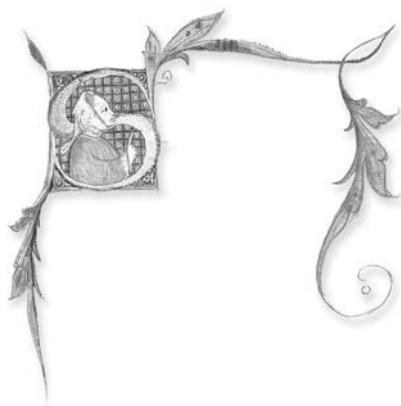
471 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

473 Introdução, *de Pietro Corsi*

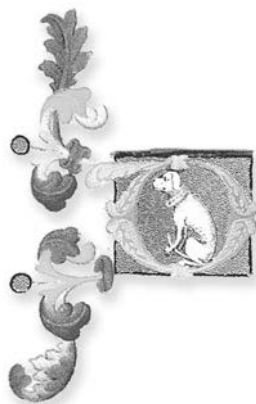
479 **Ciências matemáticas**



- 479 A influência islâmica nas matemáticas europeias, *de Giorgio Strano*
484 O apogeu das ciências matemáticas islâmicas, *de Giorgio Strano*
488 A favor e contra Ptolomeu, *de Giorgio Strano*
491 A astrologia, *de Antonio Clericuzio*
- 499 **Física**
499 Teorias da substância e das suas mutações, *de Antonio Clericuzio*
503 A física do movimento e a ciência dos pesos, *de Antonio Clericuzio*
- 509 **A alquimia e a metalurgia na Europa**
509 A alquimia na Europa dos séculos XIII e XIV, *de Andrea Bernardoni*
514 A *Quaestio* da alquimia, *de Andrea Bernardoni*
516 Da transmutação metálica à alquimia do elixir, *de Andrea Bernardoni*
518 Teologia e alquimia, *de Andrea Bernardoni*
520 Mineralogia e metalurgia na Europa dos séculos XIII e XIV, *de Andrea Bernardoni*
- 523 **Saberes do corpo, da saúde e da cura**
523 A medicina nas universidades e a escolástica médica, *de Maria Conforti*
527 Escolas e mestres de medicina em Itália e na Europa, *de Maria Conforti*
531 Medicina e cirurgia em Itália, *de Maria Conforti*
535 A peste negra, *de Maria Conforti*
- 540 **Inovações, descobertas, invenções**
540 Conquistas da técnica: manivelas e pedais, *de Giovanni Di Pasquale*
542 As artes mecânicas, *de Giovanni Di Pasquale*
545 Roger Bacon e a ciência experimental, *de Giovanni Di Pasquale*
547 Entre Oriente e Ocidente *de Giovanni Di Pasquale*
551 O relógio mecânico, *de Giovanni Di Pasquale*
555 Os óculos, *de Giovanni Di Pasquale*
557 A bússola, *de Giovanni Di Pasquale*
560 As armas de fogo, *de Giovanni Di Pasquale*
- 564 **Fora da Europa**
564 Ciência e tecnologia na China, *de Isaia Iannaccone*
- 571 LITERATURA E TEATRO
- 573 Introdução, *de Ezio Raimondi e Giuseppe Ledda*
- 579 **A Idade Média rumo ao humanismo**
579 A receção dos clássicos, *de Matteo Ferretti*
583 A retórica das universidades nas cidades, *de Nicolò Maldina*
- 587 **Literatura religiosa em latim e em língua vulgar**
587 Comunicação e escrita religiosa: hagiografia, pregação, espiritualidade, *de Silvia Serventi*
591 A literatura do Além: viagens e visões, *de Giuseppe Ledda*



- 595 Jacopone da Todi e a poesia religiosa, *de Stefano Cremonini*
599 Escrita mística e espiritualidade feminina, *de Oriana Visani*
- 607 **O primado da poesia**
607 A épica, *de Paolo Rinoldi*
611 A lírica na Europa, *de Giuseppina Brunetti*
617 A lírica em Itália, *de Giuseppe Ledda*
625 Poesia e política, *de Camilla Giunti*
628 A poesia cômica e satírica, a paródia, *de Giuseppe Ledda*
632 Dante Alighieri, *de Giuseppe Ledda*
645 Francesco Petrarca, *de Loredana Chines*
- 656 **O gosto da narração**
656 O romance, *de Giuseppina Brunetti*
660 Poesia narrativa, didática, alegórica, *de Daniele Ruini*
664 O *Roman de la Rose*, *de Matteo Ferretti*
669 As formas do conto breve, *de Elisabetta Menetti*
672 Giovanni Boccaccio, *de Elisabetta Menetti*
681 Geoffrey Chaucer, *de Elisabetta Menetti*
- 688 **As formas da prosa**
688 O enciclopédismo, a literatura científica e de viagem, *de Anna Pegoretti*
692 Historiografia e crónica, *de Camilla Giunti*
- 697 **Teatro**
697 Teatro religioso e teatro popular na Europa, *de Luciano Bottoni*
700 A Itália das laudas em língua vulgar e a recuperação da tragédia latina,
de Luciano Bottoni
- 705 **ARTES VISUAIS**
- 707 Introdução, *de Anna Ottani Cavina*
- 712 **A Europa das catedrais**
712 A catedral, imagem da cidade, *de Tomas Fiorini*
716 Construir as catedrais: o estaleiro e as técnicas, *de Tomas Fiorini*
721 O gótico para lá dos Alpes, *de Tomas Fiorini*
725 Idade Média fantástica: portais, coruchéus, capitéis e pináculos, *de Francesca Tancini*
729 A arquitetura gótica em Itália, *de Fabrizio Lollini*
- 734 **A escultura em Itália**
734 Benedetto Antelami e a escultura na região do Pó, *de Fabio Massaccesi*
738 O reino de Frederico II, *de Laura Fenelli*
742 Nicola Pisano, *de Massimo Medica*
747 Giovanni Pisano, *de Massimo Medica*
751 Arnolfo di Cambio arquiteto e escultor, *de Massimo Medica*



- 757 **«Pintar à grega em latim»**
- 757 Sedução do Império do Oriente, *de Anna Ottani Cavina*
- 760 Arte e ordens mendicantes, *de Milvia Bollati*
- 763 Do *Christus triumphans* ao *Christus patiens*, *de Fabio Massacesi*
- 766 Cimabue, *de Fabrizio Lollini*
- 770 Giotto, *de Fabrizio Lollini*
- 778 Duccio di Buoninsegna, *de Luca Liardo*
- 782 Mosaicos, frescos, vitrais, *de Claudia Solacini*
- 787 **Temas e protagonistas**
- 787 O artista na Idade Média, *de Marcella Culatti*
- 791 Simone Martini, *de Luca Liardo*
- 795 Os Lorenzetti, *de Luca Liardo*
- 800 Depois de Giotto: Florença, Rimini, Bolonha, Pádua, *de Fabio Massacesi*
- 803 Sedes de poder: o castelo, os palácios comunais, *de Claudia Solacini*
- 807 As cidades dos papas: Roma e Avinhão, *de Luca Liardo*
- 811 Suger e a ourivesaria sacra, *de Raffaella Pini*
- 815 O papel das artes menores nos séculos XIII e XIV, *de Fabrizio Lollini*
- 819 A percepção da natureza, *de Fabrizio Lollini*
- 825 Florença. A peste negra de 1348, *de Anna Ottani Cavina*
- 828 Juízos Finais e danças macabras, *de Chiara Basalti*
- 832 **Nostalgia da Idade Média**
- 832 Nostalgia da Idade Média, *de Fabrizio Lollini*
- 839 **MÚSICA**
- 841 Introdução, *de Luca Marconi e Cecilia Panti*
- 843 **Música e sociedade na Idade Média Tardia**
- 843 O ensino da música na época das universidades,
de Cecilia Panti
- 848 A representação da música na literatura e na sociedade,
de Alessandra Fiori
- 852 **A prática musical**
- 852 *A nova musica*. Monódia sacra não litúrgica e monódia profana, *de Carla Vivarelli*
- 856 *A ars antiqua*, *de Carla Vivarelli*
- 860 *A ars nova* francesa e Guillaume de Machaut, *de Germana Scriassi*
- 867 O século XIV italiano e Francesco Landini, *de Tiziana Sucato*
- 876 A música para os olhos: o códice Chantilly, *de Carla Vivarelli*
- 879 A música instrumental, *de Fabio Tricomi*
- 883 A dança dos séculos XIII e XIV: dança e poesia, *de Stefano Tomassini*
- 889 **Índice remissivo**



CRONOLOGIA

- II Geral
- IV História
- VI Filosofia
- VIII Ciência e tecnologia
- X Literatura e teatro
- XII Artes visuais
- XIV Música





HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

de Laura Barletta

No dia 13 de abril de 1204, Constantinopla – que já tinha caído nas mãos dos cruzados em julho do ano anterior – é novamente conquistada. A cidade, que desde os tempos de Constantino (c. 285-337, imperador desde 306) tinha superado crises de todo o gênero, a partir da derrota do imperador Valente (328-378, imperador desde 364) em Adrianópolis em 378, e tinha resistido a ataques prolongados de persas, árabes, ávaros e búlgaros, é conquistada e saqueada por outros cristãos. Deste modo, não se realiza obviamente a reunificação do Império Romano, sonhada por Otão III (980-1002, rei desde 983), antes se concretiza o impulso expansionista sob o signo da Cruz da sociedade europeia dos dois séculos precedentes, sem surpresa, dado os numerosos propósitos de conquista que foram manifestados ao longo do século XII. E, sob o signo da Cruz, os soberanos ibéricos põem em debandada os árabes em Navas de Tolosa, em 1212, concluindo nos anos seguintes, até 1270, a Reconquista, com exceção de Granada. A Ordem Teutónica conduz uma política de expansão na região báltica, onde a *Hansa* promove e monopoliza as atividades marítimas, enquanto as populações balcânicas, as dálmatas e as da Europa centro-oriental ficam cada vez mais sob a influência político-religiosa da cristandade. No Mediterrâneo, a Reconquista, além da Espanha meridional, das ilhas Baleares e da Sicília, permitiu, ao longo dos séculos XI e XII, a consolidação da presença aragonesa, e a conquista dos Balcãs no século XIII reforça as posições cristãs. As atividades comerciais de Pisa e de Génova são dirigidas também para leste em concorrência com Veneza, que estabelece a sua hegemonia no Mediterrâneo oriental. Não é por acaso que as quinta, sexta e sétima cruzadas (1217, 1248-1254, 1270) são dirigidas para a conquista do Egito para completar o controlo da bacia oriental.

O impulso expansionista deveu-se ao notável incremento demográfico dos dois primeiros séculos do novo milénio e ao desenvolvimento das atividades agrícolas, artesanais e comerciais, que favorecem o renascimento da economia monetária depois da longa estagnação da Alta Idade Média, causada, entre outros motivos, por uma persistente carência de metais preciosos. No início do século XIII, são cunhadas novas moedas de prata e de ouro em Veneza e Florença e, depois, em Génova, em França, em Inglaterra e na Hungria, que veem chegar o ouro das minas sudanesas graças ao comércio com as populações africanas. A circulação monetária mais sustentada, o uso de novos meios de pa-

Sob o signo da Cruz

gamento, a frequência das feiras e o melhoramento das vias de comunicação levam à formação de uma rica camada de banqueiros, que financiam o comércio, as viagens, as expedições navais, as senhorias, reinos e guerras, como no caso dos Bardi e dos Peruzzi de Florença (que acabarão por falir em meados do século XIV).

A Igreja e a política europeia

Elo ideológico deste impulso expansionista é o espírito de cruzada, a exigência de cristianizar povos de crenças diferentes. A Igreja saiu triunfante devido às instâncias reformadoras que a dominaram a partir do século X, que combateram a corrupção dos costumes, o concubinato dos padres e a simonia, e permitiram a afirmação do primado papal e da *libertas ecclesiae*. Após a concordata de Worms de 1222, com que o papa conseguiu basicamente retirar ao imperador o poder de nomear os bispos com base na distinção entre investidura temporal e investidura canónica, a Igreja vai-se afirmando cada vez mais na vida política, com base na subtração da eleição papal a qualquer influência exterior e num centralismo monárquico que, também através da difusão dos legados papais, faz dela um ponto de referência europeu. Para esta afirmação contribuiu seguramente a participação da Igreja no renascimento cultural em curso, com a criação de escolas junto das catedrais nas cidades, com o ensino da teologia nas universidades, entendida como síntese de todo o saber, com a tentativa de resolver o conflito entre o conhecimento racional e a experiência mística, mas também com o desenvolvimento do direito canónico, com a direção do sistema assistencial e do imaginário coletivo.

Escolas
e universidades

Inocência III (1160-1216, papa desde 1198) sintetiza a experiência política e religiosa do papado nos dois séculos precedentes. Mais do que vigário de Pedro, é vigário de Cristo, e é numa lógica de subalternidade que a Sicília, a Inglaterra e Portugal se tornam formalmente feudos eclesiásticos e que o pontífice assume o papel central no sistema de alianças da Europa cristã: Inocência III promove, contra Otão de Brunswick (1175/1176-1218, imperador de 1209 a 1215), João Sem Terra (1167-1216) e alguns grandes feudatários franceses, uma coligação sob a direção do rei de França Filipe Augusto (1165-1223, rei desde 1180), que, na Flandres, junto da ponte de Bouvines, no dia 27 de junho de 1214, obtém uma vitória geralmente considerada como um dos acontecimentos fundadores da França.

França, Inglaterra e império

E é na onda desta vitória e da aliança com o papado que a monarquia francesa (da qual Inocência III, antes das outras monarquias europeias, reconhece formalmente a independência em relação ao império) recupera sob a sua soberania os territórios ocupados pelos ingleses a norte do Loire, a Provença, Poitou, Saintonge e Languedoque, com Luís VIII (1187-1226, rei desde 1223), as possessões de Raimundo VII de Tolosa, com Luís IX (1214-1270, rei desde 1226),

recebe a renúncia definitiva – com a paz de Paris de 1259 – de Henrique III de Inglaterra (1207-1272, rei desde 1216) à Normandia, ao Maine, a Anjou e a Poitou, e o seu reconhecimento da condição de vassalo para o ducado da Guiena (Aquitânia), e estende o reino aos condados de Tolosa e de Champagne no tempo de Filipe, o *Audaz* (1342-1404), filho de Luís IX. A consolidação da coroa francesa e o papel que vai assumindo no cenário europeu encontra uma significativa confirmação no consentimento de Urbano IV (c. 1200-1264, papa desde 1261) à conquista do reino da Sicília (só no século XIV denominado reino de Nápoles, após a passagem da Sicília para os aragoneses) pelo irmão de Luís IX, Carlos de Anjou (1226-1285, rei da Sicília de 1266 a 1282), disposto, em contrapartida, a novas cruzadas, mas que não conseguiu organizar uma expedição contra Constantinopla reconquistada pelos bizantinos em 1261.

Aliança com
o papado

Diferente foi a sorte da monarquia inglesa, que saiu derrotada e humilhada em Bouvines e foi obrigada, no decurso do século XIII, a diversas concessões à nobreza, a partir da *Magna Charta Libertatum* (1215), na qual o rei João Sem Terra se compromete a respeitar os antigos costumes, sobretudo no que diz respeito ao direito de os nobres serem julgados pelos seus pares e de não serem submetidos a tributos sem prévia consulta do conselho dos nobres e dos eclesiásticos. Nas Provisões de Oxford (1259), o rei Henrique III é obrigado por Simão de Montfort (c. 1150-1218), filho do vencedor dos albigenses, a nomear 15 barões como conselheiros e controladores da administração e, em 1264, é obrigado a constituir um conselho de regência e a convocar um parlamento, de que fazem parte dois cavaleiros por condado e dois representantes por cidade.

O celebrado esplendor da corte de Frederico II (1194-1250, imperador desde 1220), desejado no trono imperial por Inocêncio III contra Otão IV de Brunswick (que se revela pouco fiável no quadro político que o papado pretende desenhar para a Europa ocidental), coincide com o final da dinastia Hohenstaufen da Suábia. Personagem controversa e entusiasmante, Frederico, depois de ter prometido renunciar ao trono da Sicília a favor do seu jovem filho Henrique, é coroado a 9 de dezembro de 1212 rei da Alemanha e, no ano seguinte, com a Bula de Ouro de Eger, renuncia aos restantes direitos na eleição dos bispos e abades, reconhecidos ao imperador pela concordata de Worms; razão pela qual é chamado «rei dos padres» por Otão de Brunswick. A morte do papa e a notória condescendência do sucessor Honório III (?-1226, papa desde 1216) permitem-lhe, mesmo não tendo cumprido a sua promessa, ser coroado imperador no dia 22 de dezembro de 1220 em São Pedro. Se na Alemanha a política do jovem Frederico foi dirigida para um restabelecimento do equilíbrio entre direitos feudais e poder imperial, com uma cédência significativa às exigências da nobreza, no reino da Sicília inaugura uma política de centralização dos poderes reais, que tenta posteriormente estender à Itália setentrional, onde entra em conflito com as comunas, por ele derrota-

*Magna Charta
Libertatum*

das em Cortenuova (1238). Não obstante a hostilidade que lhe é manifestada pelo papa durante grande parte do seu reinado (é excomungado duas vezes), faz concessões relevantes, como a paz de Ceprano de 1230, em que renuncia a qualquer forma de controlo sobre a eleição dos bispos e reconhece a plena imunidade judicial e fiscal ao clero meridional, ao mesmo tempo que a sua corte de estudiosos e juristas lhe permite decretar a Constituição de Mel-fi (1231) e, em 1235, em Mainz, a Constituição de paz imperial, no quadro de um reordenamento legislativo em que se manifesta a vontade de manter a sua autonomia em relação à influência eclesiástica com base no direito romano. Nos últimos anos, Frederico II sofre várias derrotas e com a sua morte, em 1250, esgota-se não só a dinastia suábia mas sobretudo o desígnio imperial da unidade entre a Alemanha e a Itália, onde os últimos herdeiros, Manfredo (1231-1266) e Conradino (1252-1268), morrem tragicamente depois das derrotas de Benevento e de Tagliacozzo.

A paz de Ceprano

Novos fermentos sociais e culturais: os cátaros

Os mesmos fermentos económicos, sociais e culturais, que o papado soube em grande medida destinar à formação do seu próprio primado político e religioso, deram vida a uma articulação da sociedade que é particularmente evidente nas comunas italianas, onde afluem os trabalhadores do campo, onde os ofícios se reúnem em corporações, cujos representantes têm um peso considerável na vida política, e os comerciantes e os homens de negócios ocupam um espaço crescente, a população se organiza em confrarias e as maiores famílias se defrontam para definir a sua hegemonia. Aumentam as possibilidades de intervenção e até de direção na vida familiar e pública das mulheres, motivadas pela civilidade global dos costumes, a que não é estranho o ensino religioso, ainda que, em sentido contrário, precisamente por resistir a novos estilos de vida mais livres, o direito civil e o canónico sancionem em muitos aspetos a exclusão das mulheres do poder. É destinado um espaço maior para jogos, passatempos e festas e, mesmo no seio da Igreja, erguem-se vozes em defesa dos jogos de azar, que já são vistos em consonância com o espírito da época. Um processo de transformação que é visível na própria cultura literária e figurativa: à literatura cortês e cavaleiresca dos séculos XII e XIII, à celebração de aventuras, guerras e amores narrados numa dimensão fabulosa e sacral com fortes conotações espirituais, juntam-se a novelística de Boccaccio (1313-1375), os *Canterbury Tales*, de Chaucer (1340/1345-1400), o *Roman de Renard* e os *Fabliaux*, que remetem para um mundo quotidiano, civil e mercantil. Giotto (1267-1337) abandona os cenários dourados da transcendência para representar, ainda que no âmbito de temáticas religiosas, cenas da vida quotidiana do «povo rico», privado de títulos nobiliários, que se reconhece na oposição à feudalidade. Por outro lado, agravam-se as condições dos pobres ao mesmo tempo que se

Nas comunas italianas

difunde, não por acaso, um novo modo de considerar os pobres não só como imagem de Cristo e instrumento de salvação para os ricos, mas também como modelo a perseguir e a opor a uma sociedade em rápida mutação, onde o dinheiro e a sua acumulação se tornam a medida do sucesso. Assim se difundem as ordens mendicantes e as peregrinações, em que os participantes se tornam temporariamente pobres, e se institucionaliza a esmola. No entanto, simultaneamente, avança a distinção entre bons e maus pobres, entre os que se encontram na impossibilidade de trabalhar, e que devem ser assistidos e, assim que possível, utilizados de modo útil para a sociedade, e os que se dedicam ao ócio e à vagabundagem, e que devem ser punidos e presos.

O «povo rico»

Estas mudanças da sociedade permitiram uma vivacidade cultural e uma liberdade expressiva e provocaram curiosidade e inquietação religiosas, que deixaram de ser facilmente controláveis pelos instrumentos ordinários da pregação, da liturgia, das indulgências e das excomunhões, pelo que no concílio de Latrão IV (1215) são estabelecidos tribunais episcopais contra as heresias, até se chegar, com Gregório IX (c. 1170-1241, papa desde 1227), de 1231 a 1235, à instituição da inquisição pontifícia. Os movimentos religiosos que se vão difundido sobretudo na França meridional, na Alemanha e na Itália, como o dos valdenses (ou pobres de Lyon), já excomungados por Lúcio III (?-1185, papa desde 1181), em 1184, juntamente com os umiliatas, os cátaros e grupos de menor importância, colocam-se entre as franjas mais avançadas da Igreja (como os franciscanos espirituais) e a heresia (como os Fraticelli); alguns terão um papel importante na renovação religiosa, como os irmãos da vida comum (Devotio Moderna), outros representam uma espécie de fuga para a frente, que não pode encontrar grande eco, como a Livre Inteligência, provavelmente fundada por uma mulher, em 1350, na base da comunhão de bens, da livre interpretação das Sagradas Escrituras e da recusa dos sacramentos. De qualquer modo, todos contribuem para preparar o terreno sobre o qual se afirmará depois a reforma protestante, e são já, na consolidada ideologia do poder papal, não tanto portadores de vias diferentes para a fé, mas inimigos a destruir, sobretudo quando contestam as hierarquias eclesásticas.

Particularmente perigosos são considerados os cátaros que, ligando-se às teorias dualistas dos maniqueus, identificam o mal na vida material, da qual o homem precisa de se libertar vivendo pobre e asceticamente para entrar o mais cedo possível no reino dos perfeitos. Este movimento com características essencialmente subversivas, porque é dirigido contra a natureza coerciva do poder – civil ou religioso –, é caracterizado por uma organização eclesástica alternativa em relação à institucional e por uma forte presença territorial no condado de Tolosa, suficientemente autónoma em relação ao rei de França. Assim, em 1208, Inocêncio III anuncia uma cruzada contra os cátaros (também chamados albigenses, da cidade de Albi, onde são par-

A cruzada
de Inocêncio III

ticulamente numerosos), que durou até 1229, em que o interesse do rei Filipe Augusto pela supremacia sobre os principados territoriais franceses ainda dotados de grande autonomia se liga ao do papa, levando o exército cruzado, sob o comando de Simão de Montfort, à conquista da Provença e à tomada de Béziers. A ideologia da cruzada entendida como aniquilamento do adversário é também evidente na atitude do papa Gregório IX para com Frederico II, excomungado, como se disse, por não ter efetuado prontamente uma cruzada, embora se tivesse tornado, ainda que por pouco tempo, rei de Jerusalém por força do tratado concluído com o rei do Egito. Contra os heréticos são utilizadas também as ordens mendicantes de nova formação (franciscanos, dominicanos, carmelitas e agustinianos), que aceitam a obediência ao papa, e sobretudo os dominicanos, aos quais são confiados os tribunais da inquisição papal. Nos mesmos anos, uma Igreja orgulhosa intensifica a perseguição aos judeus, obrigados em 1215 a usar um sinal distintivo amarelo, a participar em Roma em festas onde se apresentam como objeto de escárnio, a sofrer confiscações de bens e expulsões.

A expansão turca e mongol

Mas, em meados do século XIII, o impulso expansionista da sociedade europeia começa a diminuir por efeito de significativos reveses militares, que, sem afetar significativamente as atividades comerciais da *Hansa* ao norte e das potências marítimas no Mediterrâneo, impedem qualquer conquista ulterior no Oriente. A deslocação para oeste das populações do Turquestão, causada pela pressão dos mongóis, dá início à ocupação das regiões da Anatólia e da Grécia, já sob o domínio bizantino, pela dinastia turco-muçulmana dos otomanos, até que, no final do século XIV, com a tomada de Adrianópolis, a vitória na batalha de Kosovo, em 1389, e a aniquilação da Grande Sérvia, a reconquista dos Balcãs pelos muçulmanos parece inevitável, só temporariamente parada pela ruínoza derrota que Tamerlão lhes infligiu. A afirmação dos turcos ao longo dos séculos XIV e XV retirará novamente a bacia do Mediterrâneo ao monopólio das populações cristãs, orientando a sua força expansionista para o oceano Atlântico e contribuindo para definir a ordem territorial do continente. Enquanto os mongóis derrotam a cavalaria germano-polaca em Legnica e o exército húngaro no rio Sajó, para depois se retirarem sem graves danos territoriais para os reinos da Polónia e da Hungria, que já gravitavam na órbita da Igreja de Roma, a Ordem Teutónica, fundida com a Ordem dos Irmãos Livónios da Espada, depois da aquisição da Livónia e da Curlândia, sofre graves derrotas frente aos lituanos em 1236 e, sobretudo, frente ao principado de Novgorod em 1242, e tem de limitar a sua ação aos territórios e às cidades junto ao mar Báltico, até porque nesses anos a senhoria tártara da Horda de Ouro representa um obstáculo intransponível para a expansão da Europa ocidental. Por sua vez, os bizantinos reconquistam Constantinopla em 1261, pondo termo ao Império Latino

A reconquista dos Balcãs

do Oriente, e conseguem, durante cerca de um século, contrabalançar o papel de Veneza com uma astuta política diplomática, com um tratado com Génova, que adquire assim a supremacia comercial no mar Negro e um espaço importante no Oriente, ainda que o controlo de Creta e das ilhas gregas torne ainda Veneza a senhora do Egeu e do mundo insular oriental. Sob pressão dos mamelucos são libertados dos cruzados o principado de Antioquia em 1268, o condado de Trípoli em 1289, as cidades de Tiro, Beirute e Sídon, bem como São João de Acre, em 1291. Nas mãos cristãs restam apenas Chipre (até 1489 sob a linhagem da Casa de Lusignan), Rodas (até 1523 sob a senhoria dos Cavaleiros de São João) e o reino da Arménia Menor (só até 1375).

Os bizantinos
e Génova

Novos equilíbrios e ordenamentos políticos

Também as viagens de missionários e mercadores ao Oriente, que tinham sido numerosas no tempo de Marco Polo (1254-1324) e se haviam dirigido frequentemente até à China, se tornam mais raras, enquanto o impulso para as explorações oceânicas, depois do insucesso dos irmãos Vivaldi, de quem se perde o rasto para lá do estreito de Gibraltar, revitalizado pela maior dificuldade de comunicações com o Oriente, só se intensificará na segunda metade do século XIV. E no início do século XIV, quando Bonifácio VIII (c. 1235-1303, papa desde 1294) celebra o triunfo papal com a instituição do jubileu, que permite a remissão de todas as penas para quem se dirige a Roma em peregrinação, a cidade eterna torna-se o lugar santo mais seguro e mais bem colocado dentro da cristandade do que o que tinha sido Jerusalém até então.

Até ao final do século XIII, com a derrota e a morte de Luís IX em Tunes, na última cruzada, e com a expedição falhada de Carlos de Anjou contra Constantinopla, as energias cristãs convergem na construção de novos equilíbrios e na estabilização dos ordenamentos que se vão definindo na Europa através de uma progressiva anexação de entidades territoriais. Algumas regiões começam a fazer parte do império, como a Áustria, a Estíria, a Caríntia, em 1278, ou a Boémia e a Morávia no início do século XIV. Carlos IV de Luxemburgo (1316-1378, imperador desde 1355) prossegue, no âmbito da consolidação, a expansão demográfica e cultural alemã para os limites orientais, em curso desde o século XII, muda a capital para Praga e faz da Boémia o núcleo central do império, com a aquisição da Lusácia e de Brandeburgo. Mas a leste forma-se um grande reino polaco-lituano, que atenuará a germanização das províncias orientais, enquanto, a sudeste, a Hungria, que engloba a Croácia e parte da Bósnia, e a Sérvia, vitoriosa sobre os búlgaros e os gregos, delimitam as fronteiras europeias. A par da monarquia francesa, as monarquias da Península Ibérica e da Inglaterra vão reforçando o seu poder em relação à feudalidade com a constituição de aparelhos jurídicos e administrativos mais eficientes. Na Itália meridional sobrevive a dinastia de Anjou, depois de um pe-

A expansão alemã

O regime
do podestade

ríodo de grande esplendor com Roberto de Anjou (1278-1343, rei de Nápoles desde 1309) na primeira metade do século XIV, enquanto na Itália setentrional, sob o impulso de uma vida económica e social cada vez mais vivaz, o ordenamento institucional das comunas se vai modificando e passa do regime consular ao regime dos podestades, que no governo das cidades deveriam garantir uma neutralidade política entre as fações em luta, em virtude da sua natureza técnica de peritos do direito e da administração, e se vão afirmando as senhorias, cujo ordenamento é semelhante ao das maiores monarquias europeias, como conclusão lógica do processo de expansão territorial citadino para o condado e, depois, para as cidades vizinhas, que se consolidaram no final do século XII com a formação de governos oligárquicos. Mas no ordenamento político italiano encontram também espaço outras realidades territoriais, a partir de Veneza, que consolida a sua estrutura oligárquica com a decisão do conselho maior de 1297 e inicia uma política de expansão territorial para o interior, até à dinastia feudal ítalo-francesa dos Saboias. É um cenário fortemente conflitual, inclusive pela oposição entre os guelfos – que se reconhecem na autoridade do papado – e os gibelinos – que se colocam sob a autoridade imperial –, em que participa frequentemente o próprio reino de Nápoles numa perspectiva de hegemonia neoguelfa da península, e onde é decisiva a utilização das companhias de mercenários, dispostas a ficar ao serviço deste ou daquele senhor.

O novo modo de fazer a guerra dá vantagem às grandes monarquias: deixa de haver batalhas de cavalaria, cercos e conflitos de duração limitada, para haver situações endémicas de guerra, constituídas por uma sucessão de batalhas e escaramuças militares, por vezes com carácter de guerrilha (como na revolta das Vésperas Sicilianas, que, desencadeada em 1282, dura na realidade cerca de 90 anos nas regiões mais meridionais de Itália), alimentadas pelos novos exércitos mercenários. Também ocorrem mudanças nos mares, onde aos assaltos dos piratas se juntam cada vez mais frequentemente os dos corsários: são do tempo de Henrique III de Inglaterra as primeiras cartas de corso conhecidas, com as quais emissários autorizados por um poder formalmente reconhecido podem atacar os navios inimigos e dividir o espólio com os mandantes. Noutras regiões, pelo contrário, salteadores, como os *Vitalienbrüder* do mar do Norte, geralmente a soldo de poderes locais, são derrotados por alianças sociais e políticas formadas pelas cidades hanseáticas, que não têm interesse em servir-se deles.

Poder temporal e papado

Também se registam mudanças nas ligações dos soberanos com o papado, que tendem a perder o carácter religioso em favor do diplomático, enquanto o condicionamento eclesiástico se revela menos vinculativo relativamente aos séculos precedentes: não é por acaso que a coroação imperial de Luís, o *Bávaro* (c. 1281-1347, rei da Germânia desde 1314), ocorre em Roma em 1328, não da parte

do papa, mas de Sciarra Colonna (?-1329), como representante do povo romano, segundo a tese de Marsílio de Pádua (c. 1275-c. 1343), para quem os poderes político e religioso, derivando de Deus, se baseiam no consenso do povo, a *universitas civium* que delega as suas prerrogativas no príncipe, à semelhança da Igreja, onde a *universitas fidelium*, de que o concílio é expressão, delega no papa. E se, segundo o princípio da «natureza» do Estado de Aristóteles, na união eleitoral de Rhens (1338) os príncipes alemães declaram que o imperador não tem necessidade de nenhuma legitimação papal, em 1356, com a Bula de Ouro, o novo imperador Carlos IV de Luxemburgo-Boémia confirmará solenemente que a dignidade imperial é atribuída a quem é eleito rei da Alemanha e coroado em Aix-la-Chapelle, e que esse direito cabe a sete grandes eleitores: os arcebispos de Colónia, Mainz, Trier, e quatro laicos (o rei da Boémia, o duque da Saxónia, os margraves do Palatinado e de Brandeburgo).

A união eleitoral
de Rhens

Os dois poderes universais, embora interdependentes, estão frequentemente em choque. No caso da monarquia francesa, o empenho de Filipe IV, *o Belo* (1268-1314, rei desde 1285), por uma complexa operação de reorganização do reino através do aumento das receitas fiscais, vai entrar em conflito com a pretensão papal da exoneração do clero de qualquer imposto. A divergência, causada pela emanação da bula *Unam Sanctam* em 1302, concretiza-se na tentativa de Filipe, com o apoio de representantes da nobreza romana, processar o papa diante de um tribunal francês. Para esse fim, no outono de 1303, os franceses procuram retirá-lo do palácio de Anagni, sem o conseguir. Depois do breve pontificado de Bento XI (1240-1304, papa desde 1303), que excomungou Guilherme de Nogaret (c. 1260-1313) e Sciarra Colonna, considerando-os protagonistas da «bofetada de Anagni», o novo papa Clemente V (1260-1314, papa desde 1305), já arcebispo de Bordéus, prefere estabelecer-se em Avinhão, para onde toda a corte pontifícia se transfere alguns anos mais tarde. No período do «cativeiro de Avinhão» (1309-1377), por mais que os papas continuem a reforçar o seu aparelho burocrático, é indubitável que a sua política foi fortemente condicionada pela reforçada monarquia francesa, como é evidente no caso da condenação por heresia e da dissolução da Ordem dos Templários, de cujas riquezas Filipe, *o Belo*, tem necessidade de se apropriar para fazer face às necessidades financeiras do reino. Um condicionamento que se traduziu numa verdadeira crise imediatamente a seguir ao regresso de Gregório XI (1329-1379, papa desde 1370) a Roma, quando o colégio cardinalício de composição predominantemente francesa, talvez sob a pressão do povo romano, elege papa o italiano Urbano VI (c. 1320-1389) em 1378, para cinco meses depois anular a sua eleição e eleger, em seu lugar, o francês Clemente VII (1342-1394, antipapa desde 1378), dando vida a um cisma – um papa em Roma e outro em Avinhão –, que verá a presença simultânea de três papas, só resolvido na sequência de vários acontecimentos em 1449. De resto, a investidura imperial de Luís, *o Bávaro*, pela nobreza romana e

Processo ao papa

a afirmação em 1347 da república romana de Cola Di Renzo (c. 1313-1354) – embora de curta duração – confirmam o enfraquecimento do poder papal em Roma, onde só mais tarde o cardeal Albornoze consegue restabelecer a autoridade pontifícia, como mediador entre as famílias Colonna e Orsini e promulgando as *Constitutiones Aegidianae* destinadas a reordenar o Estado pontifício até 1816.

Carestias, guerras, revoltas e pestes

Com o século XIV e até meados do século XV abre-se para as populações europeias um período dramático de carestia, guerra e peste, que conduzem a uma estagnação e, em muitas regiões, a um atraso do processo de desenvolvimento em curso desde o século X. O notável aumento da população, mais do que duplicada em algumas regiões e mesmo triplicada noutras, num período de três séculos, não foi acompanhado por um incremento correspondente dos recursos alimentares, pelo que bastou, como parece ter acontecido, um agravamento das condições do clima para favorecer a carestia e a epidemia de peste, que regressaria à Europa em meados do século XIV, decorridos cerca de 1000 anos, através dos navios genoveses do mar Negro. O flagelo que assola a Europa – a peste negra – reduz a sua população em cerca de 30 por cento, com profundas repercussões nos aparelhos económico, produtivo, social e político.

Entretanto, já foi desencadeada a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra, cujo arco temporal é fixado convencionalmente entre 1337 e 1453, mas que, em substância, é a expressão de uma conflitualidade de duração ainda mais longa. Se para os dois países foi concluída com um reforço das respetivas

A Guerra dos Cem Anos e as revoltas camponesas

identidades, logo, das monarquias que as representam, para as populações é um flagelo que se soma ao da epidemia, remetido não para a vontade divina, mas para a dos homens. Por isso, em França, depois das derrotas de Crécy (1346) e de Poitiers (1356), estala em 1358 uma violenta revolta camponesa chamada depreciativamente *jacquerie*, mas cujo principal dirigente, Étienne Marcel (c. 1316-1358), persegue o projeto de reduzir o poder e os privilégios da nobreza; e em Inglaterra, duas décadas depois, em 1381, desenvolve-se uma revolta que se estende dos camponeses aos artesãos, também por causa da pesadíssima carga fiscal causada pela guerra. Mas não é só a guerra que está na base das revoltas que exprimem, entre outros, o forte mal-estar determinado pelo desequilíbrio entre o aumento da população e o insuficiente crescimento dos recursos e das atividades produtivas: na Alemanha, estão certificadas duas revoltas camponesas na segunda metade do século XIV e mais revoltas camponesas já ocorreram e irão ocorrer em seguida, em 1462, na Catalunha, contra a baixa nobreza e o patriciado citadino; o movimento Turchini nos anos 70 e 80 estende-se do Languedoque a Piemonte, e muito difuso, embora de tipo diferente, é o banditismo citadino na Itália meridional. Tensões e rebeliões manifestam-se também, nomeadamente no sector manufatureiro:

às revoltas dos tecelões da Flandres na primeira metade do século seguem-se as revoltas de assalariados em Perugia, em 1371, e em Siena no mesmo ano, e em Florença, no verão de 1378, desencadeia-se o tumulto dos Ciompi – assalariados da arte da lã –, caracterizado por um projeto político mais articulado, mas que leva à extinção, em 1382, das corporações dos tintureiros e fabricantes de gibões, à eliminação do governo de algumas artes menores e à formação de um governo oligárquico que durou cerca de 50 anos, até ao advento da senhoria de Cosme de Médicis (1389-1464), em 1434. Na base destas revoltas está seguramente uma forte contração da produção de lã, com a consequente queda do emprego e dos salários, enquanto noutros sectores, como o da seda, o metalúrgico e o da construção, há um substancial aumento da produção, como prova de que, não obstante a grave conjuntura, a Europa do século XIV não perdeu totalmente o impulso dos séculos anteriores.

OS ACONTECIMENTOS

A EXPANSÃO ALEMÃ PARA ORIENTE

de Giulio Sodano

No século XI, os soberanos da linhagem sálica, inspirados pela luta religiosa, realizam campanhas militares a leste subtraindo terras aos eslavos. Os territórios conquistados são depois ocupados pela população alemã. No século XII segue-se a iniciativa dos senhores territoriais, que ampliam os seus domínios em detrimento dos territórios eslavos. Nos séculos XIII e XIV ocorre uma onda de fixações de camponeses e burgueses, que transformam o Leste europeu importando e adaptando nele formas de vida, técnicas e instituições alemãs.

A iniciativa dos soberanos

Antes do ano 1000, na Europa nordeste, não há vestígios de populações germânicas. Decorridos cinco séculos, os alemães estão por toda a parte, de Bergen a Moscovo, de Lubeque à Finlândia. A sua difusão tem sido interpretada como ditada por uma vontade individual. De facto, os alemães não seguem qualquer desígnio comum, pelo contrário, geralmente perseguem objetivos incompatíveis entre si. Associam-se com as populações locais e têm tendência para competir economicamente. Quem retira uma verdadeira vantagem da sua difusão são os mercadores ocidentais: as cidades hanseáticas são as protagonistas do comércio e estão periodicamente em guerra contra todos. Depois da imigração dos eslavos, a germânica é a mais importante pela influência que exerce em todo o Leste europeu. Provoca uma grande transformação da Europa oriental, comparável à difusão do cristianismo, graças à introdução de ideias e instituições que muitas vezes se adaptam às novas condições.

A partir do século X, as populações germânicas começam a ser particularmente ativas no confronto com os eslavos, passando de comportamentos defensivos a ofensivos. A iniciativa na primeira fase é dos imperadores. No século XI, os soberanos da casa sálica realizam várias campanhas militares a leste, muitas vezes inspirados pela luta religiosa. Henrique II (973-1024, imperador desde 1014) retira aos eslavos a região do Alto Meno e funda o bispado de Bamberg. Henrique III (1017-1056, imperador desde 1046) luta contra os húngaros. Os territórios conquistados são depois ocupados pela população alemã. No entanto, até ao século XII, esta expansão não ultrapassa o Elba. Mas com Lotário da Saxónia

(1073-1137, imperador desde 1133) e mais tarde com os soberanos suábios, começa a colonização germânica em larga escala. Os soberanos alemães alternam as expedições contra os eslavos pagãos com as cruzadas à Terra Santa. No entanto, o processo não é linear e sempre vencedor. A períodos de expansão sucedem-se fases de retirada. Os eslavos, por exemplo, aproveitam a crise provocada pelas lutas entre guelfos e gibelinos, que paralisam a Alemanha, para reconquistar territórios. A Saxónia, que passou várias vezes dos alemães para os eslavos e dos eslavos para os alemães, acaba por tornar-se exclusivamente germânica.

A iniciativa dos senhores

À iniciativa dos soberanos alemães segue-se a dos senhores territoriais, que aspiram a ampliar os seus domínios em detrimento dos territórios eslavos. Cavaleiros, barões e príncipes, associados pelo exercício da autoridade e pela prática da guerra, são os protagonistas desta segunda fase. Muitos senhores alemães acompanham de má vontade Frederico, *Barba-Ruiva* (c. 1125-1190), a Itália, precisamente porque são tentados pela conquista do Leste. Em meados do século XII, os cavaleiros saxónicos começam a subtrair terras aos eslavos no Holstein oriental e a expandir-se para nordeste, obtendo feudos nas zonas feudais germanizadas. Levam para as zonas de nova fixação o feudo, a lei feudal e a cavalaria. Particularmente ativos são os duques saxónicos e personagens como Henrique, *o Leão*, Wichmann, arcebispo de Magdeburgo, os bispos de Meissen. Graças à sua iniciativa, os colonos alemães atingem Meclemburgo, Brandeburgo e a Pomerânia. O bispo Alberto, cônego de Bremen, reúne um grupo de cavaleiros a caminho da Terra Santa e com eles funda a Ordem dos Irmãos Livónios da Espada para combater os pagãos. Hermann von Salza (c. 1209-1239), grão-mestre da Ordem Teutónica, compreende que a Palestina já está perdida e escolhe como campo de ação a conquista do Leste europeu. Coloca-se sob a dependência do papa e recebe a Prússia como feudo. Em 1232, os cavaleiros teutónicos fundam Thorn e Kulm, em 1233, Marienwerder e Elbing. Em 1250, a maior parte dos senhores da Pomerânia são de origem saxónica, mas a sua expansão na Prússia é bloqueada pela Ordem Teutónica. No início do século XIV, a região do golfo da Finlândia até Kiel é ocupada por esta aristocracia alemã, constituída por *junkers*. A costa báltica já está ocupada por núcleos alemães. São então enviados colonos de todas as regiões da Germânia, surgindo assim não só vilas mas também cidades. Os comerciantes alemães juntam-se aos camponeses e fundam mercados no Báltico. A deslocação de colonos e missionários germânicos para leste ao longo das margens do Báltico atrai, de facto, a breve prazo, interesses comerciais. Não faltam verdadeiros intermediários que procuram homens por conta de senhorias territoriais do Leste.

Frederico,
Barba-Ruiva

A deslocação
para leste

Burgueses e camponeses

Com o século XIII, os burgueses sucedem aos senhores, com os mercadores de Lubeque à cabeça, que controlam a principal passagem entre a região nordeste e a Europa ocidental, adquirindo a supremacia nos mercados de passagem no Báltico. Os alemães oferecem um modelo para o desenvolvimento das cidades. De facto, os cidadãos mostram-se relutantes a instalar-se quando falta a lei comunal e, para favorecer as instalações, os senhorios locais concedem a possibilidade destes ordenamentos citadinos. Sobretudo nas cidades húngaras e polacas são introduzidas as formas de governo citadino inspiradas no modelo das cidades alemãs, em particular nos estatutos de Magdeburgo. Cidades como Vratislávia (1242), Buda (1244), Cracóvia (1257) e outras são, de facto, governadas por leis germânicas e estão cheias de mercadores alemães.

Para aceleração dos processos de imigração alemã contribuem sobretudo, a partir do século XIII, as invasões mongóis (1241-1242), que despovoam a Polónia e a Hungria a tal ponto, que se considera necessária a imigração alemã para preencher o vazio. Desta vez é sobretudo a população camponesa que se desloca para leste e são os soberanos destes Estados a atraí-los As invasões mongóis para reerguer os seus países. Os príncipes locais concedem as suas terras em condições favoráveis. Com os camponeses alemães chegam novas técnicas agrárias e novas formas de fixação. O sinal distintivo da colonização germânica são as casas ao longo de uma estrada ou de um campo, cada uma com as suas faixas de terreno arável nas traseiras, em contraste com as aldeias eslavas circulares. Em troca de uma renda, os proprietários de terras asseguram no interior da aldeia liberdade individual, segurança do local, o carácter hereditário dos bens e impostos sustentáveis.

Os efeitos da emigração alemã, tanto citadina como camponesa, são relevantes. As cidades destruídas pelos mongóis são reconstruídas graças ao apoio alemão. O progresso económico destas regiões está estreitamente ligado à imigração alemã. Os colonos levam novos ofícios e novas técnicas produtivas e comerciais. Particularmente reveladora desta situação é a questão ligada às minas. De facto, os alemães são bons mineiros e estão em busca de jazidas de prata e de cobre desde o século X. Depois de 1200 deslocam-se para a Silésia, Boémia e Morávia, e atingem a Hungria. Em meados do século estão na Sérvia, chegando depois, na geração seguinte, à Bósnia e à Bulgária e, finalmente, a Tessalónica. Durante séculos são chamados «saxónicos» e transmitem não só a técnica mas também a terminologia, as formas de organização do trabalho e até o próprio direito das minas, originariamente oral e consuetudinário. Apoderam-se da atividade extrativa dos minerais nobres, deixando na sombra a tradição mineira eslava, relegada apenas para a produção do ferro.

Um juízo histórico diversificado

A emigração alemã deu origem à formulação de juízos históricos diversos. A historiografia alemã insistiu em evidenciar o contributo civilizacional dos colonos alemães num mundo eslavo atrasado e rude. O nacionalismo alemão do século XX fez deste argumento a justificação das suas pretensões expansionistas. Esta historiografia ignorou que, por outro lado, os alemães sofreram a imigração de elementos provenientes do Ocidente e que a própria imigração não é um fenómeno homogéneo, mas compreende a participação de elementos como os italianos e os valões. Assim, desde o pós-guerra, afirmaram-se posições historiográficas que abandonaram as posições nacionalistas mais radicais. A historiografia polaca ou checa insistiu nos aspetos agressivos desta colonização, sobretudo na valorização do papel da Ordem Teutónica.

- V. também:** *Frederico II Hohenstaufen e o declínio da dinastia suábia em Itália*, p. 39;
A monarquia eletiva e a dinastia de Habsburgo, p. 61;
O Sacro Império Romano-Germânico, p. 101;
Reinos, principados, ducados, bispados, cidades na área germânica, p. 104.

AS CRUZADAS E O IMPÉRIO LATINO DO ORIENTE

de Franco Cardini

A quarta cruzada enquadra-se perfeitamente nos projetos teocráticos de Inocêncio III enquanto empreendimento desejado pela Santa Sé depois do fracasso da cruzada anterior dirigida pelos soberanos. Mas, inesperadamente, toma um rumo muito diferente da vontade do pontífice: Veneza, que tinha fornecido os navios, pretende a ajuda dos cruzados para submeter de novo a cidade rebelde dálmata de Zadar, assaltando repetidamente Constantinopla. Daí resulta o fim do império grego e a efémera instalação de um império latino, enquanto grande parte das antigas terras bizantinas caem sob a hegemonia dos venezianos. A experiência termina em 1261 com o regresso ao trono de Constantinopla de uma dinastia grega.

Lotário de Segni, o papa Inocêncio III

Em 1198 sobe ao sólio pontifício um grande aristocrata, grande jurista e autor de obras ascéticas. Lotário de Segni, que assume o nome de Inocêncio III (1160-1216). São tempos difíceis: o trono do Império Romano-Germânico está vago, a Europa está coberta por guerras, a cristandade é ameaçada pela heresia cátara. A obra de Inocêncio III é uma grande síntese do que a Igreja tinha amadurecido no século precedente: no seu projeto, a recuperação de Jerusalém e o

reforço da monarquia franca, cuja capital tinha sido mudada para Acre, ocupam um papel primordial.

Para o papa, como para Bernardo de Claraval (1090-1153), Jerusalém interessa mais como figura do reino dos Céus do que como objetivo da reconquista armada; e, como Bernardo, atribui o falhanço das cruzadas dos príncipes aos seus interesses mundanos e à sua cupidez. Desenvolvendo com lúcida coerência estas premissas, deduz que ao papa, e apenas a ele, competia a iniciativa de anunciar uma nova cruzada e o seu comando, e que a cruzada era apenas uma parte de um programa mais amplo de regeneração da cristandade sob a condução da Igreja. À campanha na Terra Santa, em que o papa pensa imediatamente após a sua subida ao trono pontifício, corresponde a ofensiva castelhana contra os almóadas e outra na Livónia dirigida pelos cavaleiros da Ordem dos Irmãos Livónios da Espada, que no início do século continua o impulso alemão para oriente. São as três «frentes externas» da cristandade, no seio da qual Inocêncio se propõe ao mesmo tempo pôr ordem eliminando a heresia e obrigando os monarcas a inclinar a cabeça diante da sede de Pedro. Tutor do pequeno rei da Sicília Frederico, após a morte da rainha-mãe Constança, e árbitro da coroa real alemã, para a qual prefere Otão de Brunswick (1175/1176-1218, imperador de 1209 a 1215) a Filipe da Suábia (1177-1208, rei desde 1198), o pontífice vê que diante de si se inclinam – ora a título de verdadeira vassalagem, ora de reconhecimento de supremacia política, e não só religiosa – praticamente todas as cabeças coroadas da Europa, de Portugal a Aragão, França, Noruega, Hungria e Polónia.

O planeamento da cruzada

As disposições de Roma para a cruzada sofrem, desde 1198, de uma conceção extremamente centralizadora. Nada é deixado à iniciativa régia: relegados os príncipes temporais para um papel de simples executores, as diretivas papais são propostas aos reis pelos legados pontifícios, enquanto pela sua fiel execução zelam não só o clero secular e regular de todo o território interessado mas também os templários e os hospitalários. As décimas para a cruzada são também cobradas pontualmente e com uma carga semelhante à «décima saladina», mas desta vez os baús régios não podem beneficiar delas.

A conceção centralizadora

A mesma tendência para a centralização e, quase gostaríamos de dizer com um termo na moda, para o «planeamento» da cruzada de Inocêncio verifica-se também em relação à sua pregação às multidões de humildes. Na carta *Salutiferum* endereçada ao pregador Foulque de Neuilly (?-1202) no dia 5 de novembro de 1198, o papa coloca a cruzada na linha de outras obras de regeneração espiritual comunitária, como a crítica da usura e a redenção das prostitutas, com a consequente libertação da sociedade do vício da luxúria. Foulque de Neuilly é o animador de uma nova expedição, um primeiro núcleo de cavaleiros voluntários, que é formado de acordo com a tradição durante um torneio

realizado em Écry, na Champagne, no início do Advento de 1199. Na realidade, Foulque de Neuilly não tinha participado naquele torneio, mas se aí tivesse estado ter-se-ia absterido: a Igreja condenava os torneios e o papa Inocêncio não era homem para transigir. Mas provavelmente os participantes de Écry tinham falado da nova empresa; Foulque de Neuilly estava há muito a pregá-la aos humildes e o legado pontifício, cardeal Roberto de Cápua, chegado a França, tinha proclamado a indulgência que o papa concedia aos cruzados e que estabelecia que quem tivesse formulado o voto ficaria a salvo – pelo menos juridicamente falando – de qualquer ofensa à sua pessoa, à sua família e aos seus bens: e os senhores que envergam a cruz em Écry, nomeadamente Tibaldo, conde de Champagne (1179-1201), e Luís, conde de Blois e Chartres (1172-1205), tinham uma extrema necessidade de alguém ou de alguma coisa que os protegesse. Na guerra entre Ricardo Coração de Leão (1157-1199), rei de Inglaterra, e Filipe Augusto (1165-1223, rei desde 1180), rei de França nessa época, tomaram, juntamente com Balduíno IX da Flandres (1171-c. 1205, imperador desde 1204), o partido do rei inglês: e agora que, sob a pressão papal, a paz entre as duas grandes potências está novamente a ser concluída, tinham todas as razões para

recear a vingança do seu senhor legítimo, o rei de França. De resto, à parte o justificado temor de represálias, a política centralizadora de Filipe Augusto não deixa dúvidas de que o tempo da semianarquia feudal em França estava ultrapassado.

Assim, é uma feudalidade em crise que decide a via ultramarina. Efetivamente, repete-se o que já tinha acontecido antes da primeira cruzada, mas num clima extremamente mais pobre de fermento espiritual, comparado com aquela época. A quarta cruzada representa, de facto, a fuga de alguns barões desleais de um país que estava a assumir estruturas políticas mais modernas, daí resultando um grande serviço prestado à monarquia francesa, mais do que à cristandade.

Razões análogas aconselham também o conde Balduíno da Flandres a juntar-se aos cruzados. À cabeça da expedição é designado o irmão de Henrique de Champagne, que tinha sido rei de Jerusalém, ou seja, o conde Tibaldo; falecido em março de 1201, sucede-lhe o marquês Bonifácio de Monferrato (c. 1055-1207): também ele – como Tibaldo – tem algum direito familiar ou pelo menos alguma tradição a defender no Oriente, como irmão do lendário Conrado, enquanto no Ocidente a sua vida se torna cada vez mais difícil devido à pressão exercida sobre o seu principado pelas comunas livres.

A quarta cruzada

Os barões dirigem-se para Veneza para obter os navios necessários à travessia, mas Veneza não tem nenhum interesse em empenhar-se numa expedição à Síria, cuja costa era predominantemente património comercial de Pisa e de Génova; além disso, tem todas as razões para tutelar o seu comércio com os por-

tos egípcios, de onde lhe chegavam, provenientes do mar Vermelho e através do Nilo, as preciosas especiarias orientais a preços de concorrência com os praticados nos mercados sírios.

O facto é que o exército, já pronto para partir, tem de esperar de junho até novembro de 1202, em parte, porque não existem, ou diz-se que não existem, navios suficientes, em parte, porque os chefes não têm dinheiro suficiente para pagar o preço acordado. Finalmente, decide-se que o débito pode ser saldado com a conquista da cidade de Zadar, cristianíssima, mas rebelde a Veneza, e sobre a qual o rei da Hungria tinha os olhos postos porque lhe serviria como porto adriático.

A tomada de Zadar

Zadar é tomada a 15 de novembro. Inocência III excomunga os venezianos mas, para não estender a grave sanção ao exército cruzado, tem de fingir que acredita que se limitara a ceder a uma chantagem, cumprindo aquela ação realmente baixa para poder prosseguir rumo ao santo destino.

Em abril de 1203, precedido por um mensageiro, chega a Zadar, onde os cruzados passam o inverno, o príncipe Aleixo Ângelo (1183-1204) proveniente da Alemanha. Implora a ajuda dos ocidentais para restabelecer o pai Isaac (c. 1155-1204) no trono de Constantinopla, de que foi injustamente expulso, prometendo em troca um grande apoio à cruzada. Expulsar de Bizâncio o usurpador Aleixo III (?- pós 1210), tio do príncipe, teria agradado aos venezianos devido à sua política demasiado filo-genovesa. Constantinopla é assim tomada em julho de 1203 e Isaac Ângelo é reposto no trono com o filho Aleixo como coimperador. Depois, na sequência de tumultos populares, em que é morto o próprio príncipe, a cidade é novamente assaltada pelos cruzados e submetida a um saque atroz, em abril de 1204.

Na sequência destas ações é decidido o nascimento de uma nova instituição, o Império Latino de Constantinopla, situado num território já pertencente ao Império Romano do Oriente, ao qual o islão já tinha arrebatado vastos territórios e que, após a conquista, tinha sido dividido em quatro partes. Só uma é governada diretamente pelo soberano, metade das restantes é entregue aos barões, que a repartem em feudos, e a outra metade é entregue aos venezianos. Mas, na prática, muitas zonas permanecem independentes, constituindo-se como Estados gregos escapados ao naufrágio (Epiro, Niceia, Trebizonda), enquanto os venezianos mantêm unicamente para si as terras que têm uma particular importância para o seu comércio, designadamente as ilhas Jónias e do Egeu, além do promontório de Motone a oeste do golfo de Messénia, no Peloponeso meridional, e Citera. De facto, serão eles os verdadeiros beneficiários da expedição. A coroa imperial é atribuída a Balduino da Flandres, por Bonifácio de Monferrato, excluído da escolha por causa da inimizade que os barões franceses e os venezianos nutrem por ele – e talvez também dada a desconfiança papal –, sendo constituído o reino de Tessalónica.

O Império Latino de Constantinopla

A unidade das igrejas é assim conseguida, mas é muito transitória, nem Inocência pode ter a esse respeito demasiadas ilusões: o cisma criou raízes no coração de um povo, o bizantino, apaixonado pelas disputas teológicas e zeloso guardião de todo um património cultural, filosófico e litúrgico, de que não estava disposto a renunciar. Os gregos cerram fileiras em torno dos seus monges e aprendem a odiar aquela bárbara igreja ocidental, que antes desprezavam, aqueles prelados ávidos e mais habituados às armas do que ao estudo e à oração, aqueles costumes estrangeiros impostos pelas lanças dos conquistadores. Toda a cristandade pagou com a perpetuação do cisma e da obstinada incompreensão recíproca os 60 anos do Império Latino do Oriente, destinado a pertencer à Casa de Courtenay e a dissolver-se em 1261.

O cisma bizantino

V. também: *Frederico II Hohenstaufen e o declínio da dinastia suábia em Itália*, p. 39; *As ordens religioso-militares*, p. 44; *A monarquia eletiva e a dinastia de Habsburgo*, p. 61; *Reinos, principados, ducados, bispados, cidades na área germânica*, p. 104.

A CONCORRÊNCIA ENTRE AS REPÚBLICAS MARÍTIMAS

de Catia Di Girolamo

Durante os séculos XIII e XIV cumpre-se a parábola das cidades marítimas. Pisa, duramente derrotada, inicia um declínio bem representado pelo assoreamento do seu porto; Veneza e Génova, no apogeu da sua força, defrontam-se ao longo dos séculos XIII e XIV. Será Génova a perder; mas os verdadeiros vencedores irão ser procurados fora do jogo das cidades marítimas, entre as muito mais vastas formações políticas que, tanto no Oriente como no Ocidente, se vão afirmando.

O fim da República de Pisa

No decurso do século XIII consumam-se os passos decisivos do confronto entre Pisa e Génova.

Entre as regiões, onde os dois centros estendem o seu comércio (Tirreno, costa francesa meridional, costa ibérica do sudeste, Magrebe e Médio Oriente), Pisa parece mais solidamente implantada no Tirreno: de facto, controla quase toda a Córsega e está bem presente também na Sardenha, apesar da instabilidade criada pelo antagonismo com os genoveses, a que se juntam persistentes tensões com as populações locais. Também na Sicília, em meados do século, se verifica uma melhoria para Pisa, embora de curta duração, devida à aliança com Frederico II (1194-1250, imperador desde 1220), que está a bater-se com o papado.

Mas a incessante concorrência genovesa impede que os mercadores de Pisa desfrutem plenamente das suas posições: os rivais conseguem perturbar continuamente as comunicações com a península e, para Pisa, o problema de um confronto resolutivo parece iniludível. Quando o confronto acontece, em 1284 (batalha de Meloria), Pisa, derrotada, inicia um longo declínio: estará ainda presente ao longo das principais rotas comerciais da época, mas com uma atividade menos intensa e com menor fôlego. A batalha de Meloria

Por outro lado, a irreversibilidade do declínio de Pisa é o resultado de uma conjuntura negativa, de que a concorrência genovesa é apenas um aspeto. Para a república toscana, também tem peso negativo um balanço demográfico empobrecido pela malária – endémica em grande parte do condado – e pela emigração para a Sardenha; não é de grande ajuda uma aliada como Veneza, apenas disponível para se empenhar nos mares do seu interesse e talvez pouco perspicaz quanto aos efeitos do reforço de Génova, que o declínio de Pisa implicaria; finalmente, é desgastante uma conflitualidade que se desenvolve não só por mar mas também por terra, já que, nos mesmos anos, Pisa, gibelina, também está em conflito com a liga guelfa encabeçada por Florença.

Uma vez redefinidas as relações de força, para Pisa e Génova é mesmo possível retomar formas de colaboração: a repressão da pirataria no Tirreno, no século XIV, torna a assistir a iniciativas conjuntas de Pisa e Génova, como nos séculos X e XI.

Entretanto, é determinada a passagem institucional para senhoria; assim, Gian Galeazzo Visconti (1351-1402) submete a cidade (1399) e, finalmente, vende-a a Florença, situação a que Pisa acaba por ceder após um longo cerco, em 1406.

As últimas grandes rivais: a *Soberba* e a *Sereníssima* ao longo dos séculos XIII e XIV

Enquanto Pisa começa a tornar-se uma concorrente marginal, para Génova torna-se mais cerrado o confronto com Veneza.

No princípio do século XIII, no Mediterrâneo oriental, os venezianos gozam de uma posição de força que não depende apenas do já secular enraizamento económico, mas também de acontecimentos mais recentes relacionados com a quarta cruzada. Veneza participa e põe à disposição os seus serviços; mas as dificuldades económicas dos cruzados dão-lhe a possibilidade não só de ser ajudada a conquistar Zadar aos húngaros (1202) mas também de retirar o máximo proveito do desvio seguinte, determinado por uma complexa trama de desígnios papais, crises políticas no seio do Império do Oriente e interesses de natureza económica: em vez de rumarem a Jerusalém, os cruzados dirigem-se para Constantinopla. A capital bizantina é tomada e saqueada, dando origem ao império latino, e Veneza é paga de novo pelo seu papel com o controlo das praças comerciais mais importantes (1204).

Rumo
a Constantinopla

Assim, os genoveses encontram-se diante de uma rival que assumiu um papel quase monopolista numa região onde também eles tinham aumentado o seu volume de negócios nas décadas precedentes. No século XIII, o seu objetivo será acabar com o monopólio veneziano.

A crise concentra-se inicialmente em torno do mosteiro de São Sabas, em São João de Acre, que os genoveses ocupam em 1255, iniciando as hostilidades na zona veneziana. A guerra que se segue termina com a derrota dos genoveses pela ação de Veneza e de Pisa (1258).

A rápida reorganização genovesa parece poder relacionar-se com os desígnios de Miguel III Paleólogo (1224-1282), que entende reconquistar Constantinopla e fazer dela novamente a capital do império: os genoveses prometem-lhe apoio, em troca de enormes privilégios, dos quais deverão ser excluídos os venezianos (tratado do Ninfeu, 1261). Mas Constantinopla cai antes da chegada da frota genovesa, o Império Latino do Oriente colapsa e o Paleólogo fica livre dos compromissos assumidos.

Venezianos e genoveses depressa recomeçam as hostilidades (1263 e 1266); entretanto, o Paleólogo adota uma política oscilante, ligada às contingências do momento: mantém os privilégios dos venezianos e expulsa os genoveses da capital, mas reintegra-os, concede-lhes importantes bases comerciais no mar Negro, quando Veneza começa a colaborar com a Casa de Anjou para a restauração do império latino. Em 1270, chega-se a uma trégua, mas a coexistência das duas cidades continua a ser pontilhada por um contencioso em aberto, que se exprime em repetidos atos de pirataria, mas também em intermináveis disputas diplomáticas.

Entretanto, a fronteira do comércio ocidental, impelida também pelo desenvolvimento demográfico e produtivo, atinge a sua máxima extensão, deslocando-se em profundidade para oriente, onde a expansão do império dos mongóis na região que vai da China à Ásia Menor, concluída em 1260, amplia o fluxo de mercadorias e condições mais seguras para o seu movimento.

O ajuste de contas: de Curzola a Chioggia

No final do século XIII, o conflito volta a abrir-se e os venezianos são derrotados na Dalmácia, junto de Curzola (1298). Os equilíbrios orientais não são muito modificados, mas para Veneza começa uma fase delicada: as repercussões da derrota cruzam-se com as tensões político-institucionais que desembocaram na decisão do Conselho Maior de 1297; à concorrência comercial genovesa junta-se o reino de Aragão; a Hungria apodera-se da Dalmácia; surgem os primeiros efeitos da epidemia de peste; intensificam-se as pressões exercidas por outras senhorias venezianas e pela senhoria milanesa de Visconti.

Por sua vez, Génova atravessa um período vivaz. Os seus marinheiros lançam-se na exploração da costa africana e deslocam-se até ao mar do Norte; os seus

mercadores têm bases em todo o Mediterrâneo; os seus militares e os seus diplomatas obrigam Carlos de Anjou (1226-1285, rei da Sicília de 1266 a 1282) a renunciar a uma medida de expulsão da Sicília, tomada para punir os gibelinos de Génova (1276); as suas autoridades municipais asseguram para as empresas mais arriscadas sociedades comerciais constituídas por privados (*Maone*); as suas técnicas contabilísticas e financeiras são afinadas e fazem escola.

Mas o século XIV é um dos momentos mais inquietos da história política genovesa, que é atormentada pelos confrontos de fações entre as maiores famílias, favorecendo deste modo a instauração da senhoria de Giovanni Visconti (c. 1290-1354), duque de Milão (1353). Além disso, a capacidade veneziana de encontrar um entendimento com a potência aragonesa pesa sobre Génova: é uma frota mista, por exemplo, que vai enfrentar e derrotar os navios genoveses na Sardenha, junto de Porto Conte, em 1353.

A crise política genovesa agrava-se na sequência das derrotas infligidas pelos venezianos na guerra de Chioggia (1378-1381), travada em todo o Mediterrâneo e centrada, mais uma vez, na competição pelos mercados orientais. A guerra marca o início do declínio genovês: de facto, a ocupação francesa da cidade ocorre pouco depois (1396-1409), destinada a ocorrer de novo no futuro, quando o expansionismo turco privar Génova de grande parte das colónias orientais.

Uma sorte análoga terá Veneza: os otomanos obrigarão uma e outra a encontrar um novo caminho. A *Sereníssima* voltar-se-á decisivamente para a expansão terrestre; a *Soberba* encontrará um papel no mais impalpável domínio da finança internacional.

A senhoria
de Giovanni
Visconti

V. também: *Das comunas às senhorias*, p. 65; *Veneza e as outras cidades marítimas*, p. 125.

FREDERICO II HOHENSTAUFEN E O DECLÍNIO DA DINASTIA SUÁBIA EM ITÁLIA

de Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri

Na vida de Frederico II, rei da Sicília e imperador, as vicissitudes da guerra contra as comunas e os pontífices, ocupam décadas inteiras, mas é a obra legislativa e cultural promovida pela corte siciliana que representa o aspeto mais relevante do seu governo. Na Constituição de Melfi, Frederico desenha o projeto de um reino centralizado e burocraticamente sólido, tolerante para com as diversas etnias e religiões acolhidas no território. A filosofia natural e a poesia em vulgar são os mais novos e originais contributos da cultura de Frederico.

A vida

A 26 de dezembro de 1194, em Jesi, na marca de Ancona, nasce Frederico da Suábia. A sua mãe Constança de Altavila (1154-1198) é rainha dos normandos da Sicília, o seu pai Henrique IV Hohenstaufen (1165-1197), rei da Germânia, tornara-se imperador do Sacro Império Romano, quatro anos antes, por morte do pai Frederico I, *Barba-Ruiva* (c. 1125-1190).

A sugestiva data de nascimento de Frederico, poucas horas depois do dia de Natal, será muitas vezes sublinhada pelo futuro imperador pelo carácter especial que parece conferir ao seu destino de «imagem de Deus na Terra»: Jesi é a sua Belém e ele, «o filho bendito» e quase miraculoso, nascido de uma rainha que já não era jovem.

Aos quatro anos, por morte da mãe, é coroado rei de uma Sicília sujeita a uma dura prova devido aos conflitos internos entre normandos e alemães, aos 18 é rei da Germânia e, em 1215, recebe em Aix-la-Chapelle, dos príncipes alemães, a coroa imperial que era disputada por Otão de Brunswick (1175/1176-1218, imperador de 1209 a 1215), apoiado no início por Inocêncio III (1160-1216, papa desde 1198), que depois o abandona, excomungando-o em 1210.

Em Roma, em 1220, Honório III (?-1226, papa desde 1216), que se tornara pontífice por morte de Inocêncio III, consagra Frederico como imperador.

Só oito anos depois Frederico cumpre a promessa feita ao papa de dirigir a cruzada à Terra Santa: mas a conquista de Jerusalém, onde Frederico é coroado rei, é recebida pelo papa de Roma como uma «indigna» transação de compra e venda. Efetivamente, a cidade não foi conquistada pelas armas, graças à diplomacia e às boas relações estabelecidas com o sultão do Egito, Al-Kamil (1180-1238, sultão desde 1218), favorecidas pela admiração de Frederico pela cultura muçulmana, cultivada há muito na corte da Sicília.

A admiração pela cultura muçulmana

Gregório IX (c. 1170-1241, papa desde 1227), que sucedera a Honório III em 1227, lança o seu exército contra Frederico, no regresso a Itália, mas um ano depois, em 1230, em Anagni, volta a fazer as pazes com o imperador de 30 anos e, depois de o ter acusado de ser um «sequaz de Maomé», chega a chamá-lo «filho dileto da Igreja».

Os anos que se seguem são dominados por guerras em Itália e turbulências internas no reino, mas, surpreendentemente, deixam a Frederico espaço para a cultura e para os livros, para a leitura e para a escrita, uma tarefa que reconhece frequentemente como primordial, sobretudo para um soberano, e que desperta a admiração da comunidade dos estudiosos, mesmo não cristãos.

Já em 1224 tinha fundado com a ajuda de Pietro della Vigna (1190-1249), influente conselheiro e depois vigário imperial, a universidade «da graciosa cidade de Nápoles», dotando-a de uma biblioteca rica e nova com a intenção de «manter no reino os melhores intelectos» e atrair os mestres mais conhecidos. Juntamente

com as artes liberais e a teologia, em Nápoles, cultivava-se o ensino do direito, disciplina fundamental na formação dos colaboradores e dos ministros do rei.

Em 1231, ao direito – considerado a base «da saúde e da força do reino» –, Frederico dedica o *Liber Augustalis* (conhecido como Constituição de Melfi) – tido por alguns estudiosos como a realização do programa jurídico e legislativo dos seus antepassados sicilianos – para o qual se inspira nos códigos romanos, no direito canónico, mas também nas leis feudais e nas «regras consuetudinárias» enraizadas no costume germânico e normando. A complexidade das fontes torna por vezes difícil a leitura de um projeto unitário; mas que está bem presente no soberano, que declara a função do legislador semelhante à de Deus e afirma que «nenhuma distinção nas salas de audiência dos tribunais do reino deve ser feita entre os súbditos, sejam francos, lombardos ou romanos, sarracenos ou judeus». De facto, a paz do reino só pode ser assegurada pela justiça e deve prevalecer sobre as diferenças de nascimento e de religião, eliminando as desigualdades, fonte de divergências. Sob este aspeto, o Estado desenhado pela constituição de Frederico está nos antípodas do reino feudal.

A guerra contra as cidades italianas volta a emergir com força em 1234, quando o filho primogénito Henrique (1211-1242, rei da Germânia de 1222 a 1235), rei dos romanos, rebelando-se contra o pai, se alia com as comunas lombardas, desde sempre inimigas da Casa de Hohenstaufen: Frederico II pede ao papa a excomunhão do filho e, para aplacar a revolta, parte para a Germânia, onde Henrique reúne sequazes. Não obstante a submissão e o pedido de perdão do filho, a condenação de Frederico é exemplar e os aliados de Henrique são postos em debandada: após seis anos de duro cárcere, o rebelde lançar-se-á de um penhasco, matando-se.

O primogénito
Henrique

Em 1249, apenas um ano antes de morrer, Frederico enfrenta outro golpe, talvez mais doloroso. Pietro della Vigna – que Dante Alighieri (1265-1321) recordará no trágico canto XIII do «Inferno» –, acusado de corrupção e traição, suicida-se na prisão protestando desesperado a sua inocência. Ainda hoje é difícil interpretar as motivações reais que levaram Frederico a condenar o seu amado e precioso conselheiro.

É esse o penúltimo ano de vida do imperador: a guerra, quase ininterrupta desde o ano 1234, tivera para ele desfechos alternados. A Frederico, que contava com a aliança das cidades de Cremona e Verona, na mão do poderoso Ezzelino da Romano (1194-1259), opunham-se a comuna de Milão e, depois, Placência e Bolonha. No contexto do conflito, o apoio do pontífice desempenhava um papel por vezes ambíguo mas sempre relevante.

Em Cortenuova, em 1237, ajudado por Cremona e pelo poderoso Ezzelino, Frederico obtém uma clamorosa vitória contra os milaneses e destrói o *Carroccio*, símbolo da comuna milanesa. Entre os muitos prisioneiros conta-se Pietro Tiepolo, filho do doge de Veneza.

Em Parma, em 1248, o imperador sofre a mais grave derrota da sua vida, que inclusive o priva dos símbolos do poder, a coroa e o cetro, do tesouro real e dos seus amados livros, que, juntamente com as concubinas, os falcões para a caça e os animais exóticos, o acompanhavam nas suas viagens: os cidadãos de Parma, saindo da cidade cercada numa rápida surtida, saqueiam e destroem o faustoso acampamento imperial erguido fora dos muros da cidade e denominado Vitória por Frederico. Um ano depois, em Fossalta, é feito prisioneiro pelos bolonheses um filho de Frederico, Enzo (1220-1272), vigário imperial, que morrerá na prisão em Bolonha 23 anos depois, não obstante o pai ter tentado resgatá-lo oferecendo grandes tesouros à cidade.

A derrota de Parma

No dia 13 de dezembro de 1250, Frederico morre na região da Apúlia, em Castel Fiorentino, atingido por uma forte febre, depois de uma caçada, num ano em que o seu exército ainda obteve alguns sucessos importantes na Sicília e nas marcas contra as armadas do papa.

O primogênito de Frederico, o rebelde Henrique, rei dos romanos, tinha morrido há uma década. São herdeiros políticos de Frederico o segundo filho Conrado IV (1228-1254), para quem vai a coroa da Sicília (1237) e a imperial (1250), o terceiro filho Henrique (1238-1253), que morre três anos depois, a quem é destinada a coroa de Jerusalém (1250), mas que tem de ser reconquistada, e o filho natural Manfredo (1231-1266), nomeado príncipe de Tarento e vigário do reino da Sicília na ausência do irmão Conrado.

O choque entre os dois poderes

Frederico, excomungado duas vezes, por Gregório IX e Inocêncio IV (c. 1200-1254, papa desde 1243) – que temiam, como de resto os dois papas precedentes Inocêncio III e Honório III, a imensa concentração de poder herdada por Frederico, imperador na Germânia e rei na Sicília –, é acusado de descrença, imoralidade e blasfêmia em repetidos documentos pontifícios.

As excomunhões

Mas, basicamente, são as razões filosófico-políticas que motivam o choque com que o poder imperial de Frederico – que espelha no seu universalismo o poder do papa –, por definição, se opõe ao eclesiástico.

A teoria papal da *plenitudo potestatis* defendida pela cúria romana afirma, de facto, a plenitude absoluta e universal do poder do pontífice de Roma e emergiu de modo decisivo e nítido já no *Dictatus Papae*, de Gregório VII (c. 1030-1085, papa desde 1073), segundo o qual a soberania imperial ou de qualquer outro príncipe só tem legitimidade no seio do poder, não só espiritual, mas também «temporal», ou seja, secular, da Igreja.

O mais tenaz adversário de Frederico II, o papa Inocêncio IV, jurista especializado e aluno na sua juventude, em Bolonha, dos mestres de direito canónico que defendiam a subordinação do *regnum* ao *sacerdotium*, leva o conflito a um nível mais próximo da violência política, ao utilizar no concílio de Lyon de 1245,

numa direção decisivamente «temporal», a excomunhão do imperador, um ato que desobrigava os súbditos do vínculo de fidelidade.

Em dezembro de 1250, conhecida a notícia da morte de Frederico, Inocêncio IV declara aos cristãos que «o céu e a terra alegrem-se com o seu desaparecimento».

A cultura na corte de Frederico II

A maior parte dos estudiosos reconhece que a ampla e nova perspectiva aberta à cultura é o sinal mais relevante deixado por Frederico II durante o seu reinado. O interesse do imperador pelos vários aspetos da ciência do seu tempo, da lógica à física ou à filosofia natural, da metafísica à astronomia e da medicina à ética, insere-se no complexo quadro da cultura siciliana, onde há muito se encontram diversas tradições culturais: a grega, a árabe e a judaica.

A Sicília, juntamente com Espanha, é desde o século XII um dos principais centros da revolução cultural que traz para o Ocidente, também, mas não só, através das traduções dos árabes, o património da ciência e da filosofia grega antiga.

Na corte de Frederico, entre outros sábios, vivem Miguel Escoto (c. 1175-c. 1235), que dedica ao «príncipe muito glorioso senhor Frederico» escritos astronómicos e de filosofia natural e traduções de Averróis (1126-1198) feitas a «pedido expresso do imperador», e de Jacob Anatoli (c. 1194-1156), que, juntamente com outros estudiosos judeus, discute com o soberano sobre os «corpos celestes e a alma do mundo [...] e sobre as criaturas que vivem no mundo, as plantas e os animais».

Entre estes temas, Frederico, como autor, privilegia o estudo das aves utilizadas para a caça, campo em que se apresenta orgulhosamente como *veritatis inquisitor*.

O seu volumoso *De Arte Venandi Cum Avibus*, em seis livros, não é apenas uma obra dedicada à falcoaria e à caça, tradicionalmente considerada uma «atividade adequada a um rei», mas um verdadeiro tratado de filosofia natural, em que Frederico se refere à autoridade de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), mas sobretudo à experiência, elevada a método. O autor observa que o filósofo grego mostra nos seus escritos que não tem consciência direta do assunto: a caça e o estudo das aves são bem conhecidos de Frederico, porque praticados desde a adolescência.

Frederico, como muitos dos seus cortesãos e familiares, é poliglota e escreve em latim, em grego, em francês, em árabe e em vulgar siciliano «ilustre»: nesta língua, como numerosos ministros e colaboradores da sua corte, Giacomo da Lentini, Rinaldo d'Aquino, Pietro della Vigna, os filhos Manfredo e Enzo, escreve poesias de amor, merecendo o louvor de Dante em *De Vulgari Eloquentia*: «Os homens grandes e iluminados como Frederico e o seu digno filho Manfredo souberam exprimir toda a nobreza e a retidão de espírito [...]. Tudo

Um tratado
de filosofia
natural

o que naquele tempo era produzido pelos italianos mais nobres via a primeira luz no palácio daqueles soberanos insignes e [...] tudo o que foi produzido em vulgar chama-se siciliano.»

V. também: *A lírica em Itália*, p. 617; *O reinado de Frederico II*, p. 738.

AS ORDENS RELIGIOSO-MILITARES

de Barbara Frale

Após a grande derrota infligida aos cristãos pelo sultão Saladino nos Cornos de Hattin, em 1187, a cidade de Jerusalém e o Santo Sepulcro estão definitivamente perdidos: o facto tem um eco terrível nas ordens religioso-militares, que tinham sido criadas precisamente para defender com armas a Terra Santa, e, na Europa, a sua existência começa a ser posta em causa. No decurso do século XIII, a situação não para de piorar: entre 1260 e 1270 a reconquista do sultão Baibars reduz o reino cristão a uma estreita faixa litoral e, mais tarde, em 1291, é perdida também a última fortaleza cristã, a cidade de Acre.

O fim das cruzadas assinala a crise irreversível destas ordens religioso-militares especiais: a Ordem dos Templários é levada a julgamento pelo rei de França Filipe, o Belo, e dissolvida em 1312, enquanto as outras conseguem sobreviver adaptando a sua missão às novas necessidades históricas.

A última fase de glória

As ordens religioso-militares nascem da sensibilidade para a defesa armada do cristianismo que inspira a cruzada na Terra Santa e a luta contra o inimigo islâmico na região ibérica. Os mesmos ideais determinam o seu desenvolvimento, mas a decadência começa quando entra em crise a política da cruzada. Cerca de 1170, a Ordem dos Templários torna-se um enorme organismo supranacional e conta com centenas de instalações num território que se estende da Sicília

à Escócia e de Portugal à região arménia: o chefe da ordem, o mestre-geral ou grão-mestre, deve conhecer as principais línguas utilizadas pelos

Uma «multinacional»
em apoio da cruzada

confrades. É uma espécie de multinacional destinada a apoiar a cruzada: as inúmeras instalações ocidentais são sobretudo fazendas que produzem recursos para converter em dinheiro que será enviado para oriente

para financiar os custos bélicos. A Ordem dos Templários, juntamente com os Cavaleiros Hospitalários, constitui uma parte fundamental da guarnição cristã na Terra Santa. Os templários são o primeiro exemplo de corpo organizado segundo as modalidades que serão próprias dos exércitos da Idade Moderna: a cavalaria laica combate baseando-se na coragem e na iniciativa pessoal, factos

que por vezes criam desordem e desfazem as fileiras das tropas, enquanto o contingente dos templários segue uma disciplina férrea e tem grande capacidade de coordenação; de facto, os privilégios papais em seu favor exaltam o seu heroísmo e a sua abnegação, enquanto as fontes islâmicas atestam a força de impacto destes guerreiros nas tropas inimigas.

Dada a grande confiança de que os templários gozam na sociedade da época, e graças também às notáveis capacidades de mediação amadurecidas durante as campanhas na Terra Santa, são muitas vezes utilizados pelas monarquias europeias e pelo papado para missões diplomáticas delicadas. Além das marcadas qualidades militares, a ordem goza também de grande prestígio no campo religioso e espiritual; aos seus membros é reconhecida uma indiscutível autoridade na identificação das relíquias autênticas e é um cavaleiro da Ordem dos Templários, ao lado do seu correspondente dos Cavaleiros Hospitalários, que tem a honra de velar e escoltar em procissão o precioso relicário com o madeiro da verdadeira cruz guardada em Jerusalém. A sobreposição das duas funções, ligadas por um mesmo objetivo, pelo menos a nível ideal, induz a ordem a desenvolver aptidões específicas de carácter financeiro; os soberanos europeus servem-se dela por motivos inerentes à política interna dos seus reinos: caso emblemático será o quartel-general da Ordem dos Templários em Paris, que se torna a tesouraria de França. O enorme crescimento material e o grande prestígio de que gozavam os templários no seio da sociedade cristã acabam por perturbar o equilíbrio precário em que a ordem assentara: a imagem gloriosa e ativa do cavaleiro templário transmitida pelas fontes, pleno de orgulho pela elevadíssima missão que desenvolve ao serviço do cristianismo, está nos antípodas do retrato que Bernardo tem de fazer dele para tornar o projeto aceitável no Ocidente, ou seja, o de um guerreiro humilde e andrajoso que combate quase com vergonha e só para espionar os seus pecados.

A imagem
do templário

A hipótese da fusão e o fim do reino da Terra Santa

Durante grande parte do século XII, o reino de Jerusalém sobrevive porque estabelece alianças separadas com os chefes dos pequenos potentados islâmicos confinantes, mas, em 1187, o sultão Saladino (1138-1193), depois de ter reunido as várias forças islâmicas numa grande estrutura, aperta num torno o fraco reino dos cristãos, infligindo-lhes uma derrota memorável junto de Hattin. A Cidade Santa é conquistada, o Santo Sepulcro passa para as mãos islâmicas e depressa o estado de coisas permite prever que nunca mais poderia ser recuperado. Para as ordens militares esta derrota é o início da decadência: muitos cavaleiros são decapitados por Saladino e uma quantidade considerável de fortalezas e outros bens são perdidos. A Ordem dos Templários, os Cavaleiros Hospitalários e também a Ordem Teutónica engrandeceram graças às esmolas da sociedade cristã que as sustenta porque defendem os lugares santos, mas, face ao evidente fracas-

so da sua missão, o Ocidente pergunta-se se é justo que estes colossos cheios de privilégios devam continuar a existir. Já no início do século XIII, o mestre teutónico Hermann von Salza (c. 1209-1239) intui que, na Terra Santa, a sua ordem dificilmente teria obtido um papel importante por causa da posição preeminente alcançada pela Ordem dos Templários e pelos Cavaleiros Hospitalários; considera que a missão de defender a fé cristã pode ser perseguida também no próprio continente europeu, nos limites do qual vivem ainda povos não cristãos. Hermann aceita o convite que lhe é dirigido pelo rei André II da Hungria (c. 1176-1235, rei desde 1205) para lhe prestar ajuda militar na defesa das fronteiras do reino, ameaçadas pela invasão dos cumanos: esta opção inaugura uma nova linha, e num certo sentido alternativa, em relação à das outras ordens militares, isto é, a defesa armada do cristianismo que se expande para o Leste europeu na esteira da conquista política, colocando também a ordem ao abrigo da acusação de fracasso, que bem cedo cairia sobre os templários e os hospitalários.

São João de Acre

Durante os anos 60 do século XIII, as reconquistas realizadas pelo sultão Baibars (1223-1277) reduzem o reino cruzado na Síria-Palestina a uma estreita faixa litoral com capital em São João de Acre; quando em 1291 também esta cidade (último baluarte da presença cristã na Terra Santa) é perdida, os templários e as outras ordens militares sofrem um pesadíssimo contra-golpe moral, além de outras perdas humanas e materiais: embora o grão-mestre templário Guillaume de Beaujeu (1233-1291) morra heroicamente na tentativa de defender Acre, e ainda que os templários sejam os últimos a abandonar a cidade em chamas, mais uma derrota coloca as ordens numa posição muito difícil face a todo o Ocidente.

Templários e hospitalários estabelecem o novo quartel-general do Oriente em Chipre, ilha onde a presença templária já existe há muito e que por um breve período foi governada diretamente pela ordem. O fim do reino de Jerusalém traz de volta os projetos de reforma, fortemente apoiados por Nicolau IV (c. 1230-1292, papa desde 1288): Há já algumas décadas, vozes autorizadas tinham sugerido unir os templários e os hospitalários numa única entidade mais eficiente. Sob Clemente V (1260-1314, papa desde 1305), a ideia parece seguir um rumo

A hipótese de fusão

decisivo e, em 1305, os dois chefes dos templários e dos hospitalários recebem a ordem de se pronunciar sobre a hipótese de fusão. Enquanto o grão-mestre dos hospitalários Foulques de Villaret (?-c. 1327) se mostra favorável, o dos templários, frade Jacques de Molay (1243-1314), eleito pouco depois da queda de Acre, é fortemente contrário: na sua opinião, a manobra da fusão corre o risco de ser controlada pela coroa de França, a monarquia mais poderosa na Europa, que pretende assumir o controlo da ordem unificada e servir-se dela para os seus próprios interesses políticos. No final de 1306, ambos são chamados pelo papa ao Ocidente para discutir a questão: Villaret tem de adiar a viagem porque está empenhado em algumas operações militares